

ATA N.º 7/2017

REUNIÃO ORDINÁRIA DE

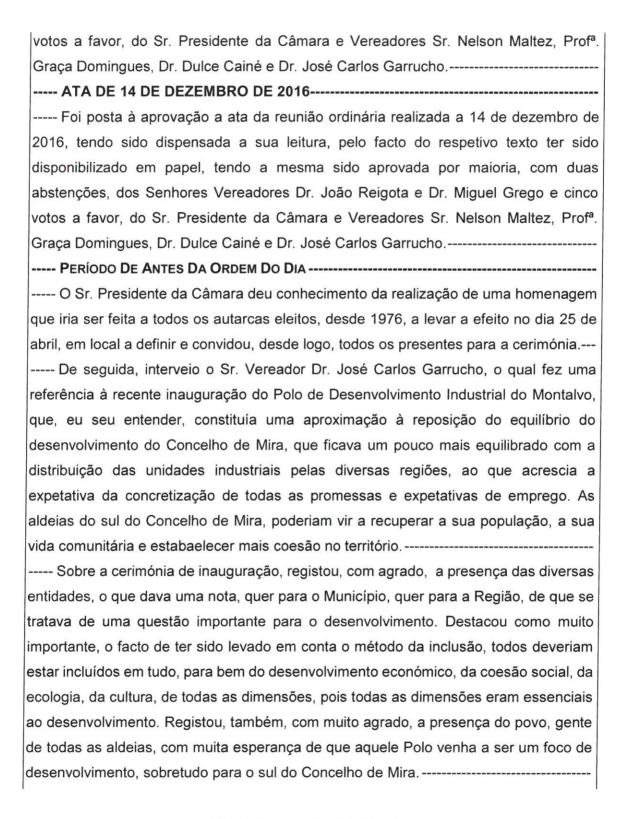
13/04/2017

"Nos termos do art.º 56.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as deliberações dos órgãos das autarquias locais, bem como as decisões dos respetivos titulares destinadas a ter eficácia externa, devem ser publicadas em edital, afixado nos lugares de estilo durante 5 dos 10 dias subsequentes à tomada da deliberação ou decisão, bem como no sítio da internet, no boletim da autarquia e nos jornais regionais editados ou distribuídos na área da autarquia, tendo em vista garantir a publicidade necessária à eficácia externa das decisões".



Aos treze dias do mês de abril do ano de dois mil e dezassete, nesta Vila de Mira,
na sala de reuniões da Câmara Municipal, reuniu esta, ordinariamente, sob a direção do
Sr. Presidente da Câmara, Dr. Raul José Rei Soares de Almeida, estando presentes os
Vereadores Srs. Dr. João Maria Ribeiro Reigota, Sr. Nelson Teixeira Maltez, Dr. Luis
Miguel dos Sntos Grego, Dr.ª Dulce Helena Ramos Cainé, Prof.ª Maria da Graça Santos
Domingues e Dr. José Carlos Baptista Garrucho
Presentes também a Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, Drª. Carmen
Santos, a Chefe da Divisão de Educação, Cultura e Desporto, Dr.ª Brigite Capeloa e o
Chefe da Divisão de Proteção Civil, Planeamento, Ordenamento e Ambiente, Dr. Ângelo
Manuel Morais Lopes
Finanças Municipais:
Foi presente o resumo diário da tesouraria n.º 71 de 12 de abril de 2017, com um
saldo orçamental de 94.457,67€ (noventa e quatro mil, quatrocentos e cinquenta e sete
euros e sessenta e sete cêntimos)
APROVAÇÃO DE ATA:
ATA DE 10 DE NOVEMBRO DE 2016
Foi posta à aprovação a ata da reunião ordinária realizada a 10 de novembro de
2016, tendo sido dispensada a sua leitura, pelo facto do respetivo texto ter sido
disponibilizado em papel, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com duas
abstenções, dos Senhores Vereadores Dr. João Reigota e Dr. Miguel Grego e cinco
votos a favor, do Sr. Presidente da Câmara e Vereadores Sr. Nelson Maltez, Prof ^a .
Graça Domingues, Dr. Dulce Cainé e Dr. José Carlos Garrucho
O Sr. Vereador Dr. Miguel Grego declarou que se abstinha pelo facto de se ter
ausentado da reunião ainda antes do início do "Período da Ordem do Dia", não tendo,
oor isso, participado nas deliberações tomadas
ATA DE 24 DE NOVEMBRO DE 2016
Foi posta à aprovação a ata da reunião ordinária realizada a 24 de novembro de
2016, tendo sido dispensada a sua leitura, pelo facto do respetivo texto ter sido
disponibilizado em papel, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com duas
abstenções, dos Senhores Vereadores Dr. João Reigota e Dr. Miguel Grego e cinco

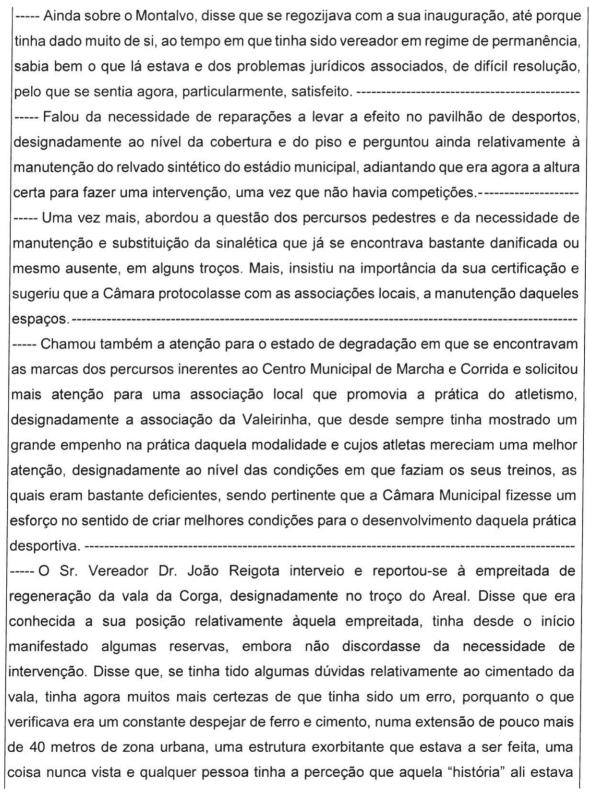






Relativamente à homenagem aos autarcas eleitos após o "25 de abril", disse que
era muito importante, era também uma homenagem ao municipalismo e à história, tendo
por base que o que dizia respeito a todos, por todos devia ser decidido
Questionou se existia algum projeto municipal de apoio ao associativismo ou
alguma candidatura do Município ao programa "PRID", promovido pelo IPDJ – Instituto
Português do Desporto e Juventude
Abordou o problema de alguns casos de munícipes que estavam a pagar taxas de
saneamento, sem estarem servidos da rede de saneamento municipal, o que era
irregular, para além de ser moralmente inaceitável, uma vez que estava a ser cobrado
um serviço que não estava a ser prestado. Por isso, deveria ser corrigida a situação e
ser devolvido o dinheiro indevidamente cobrado aos munícipes, ou ficarem essas verbas
em crédito para serem utilizadas no pagmento do consumo de água
Por último, desejou a todos uma boa Páscoa
O Sr. Vereador Dr. Miguel Grego reportou-se à atribuição de subsídios a
associações e disse que era importante que os mesmos fossem atempadamente
assegurados, sendo por vezes preferível que fossem atribuídos montantes mais
pequenos mas atempadamente, do que verbas maiores para depois se ficar muito
tempo à espera de serem disponibiizadas
Quanto às candidaturas, disse que existia uma candidatura em Mira, parecia-lhe
que não tinha havido muita divulgação e esperava que fosse aprovada
Referiu como importante a presença dos diversos organismos públicos na
inauguração do Polo Tecnológico do Montalvo, era importante também qualificar as
empresas do concelho e acrescentou que pena era que não tivesse havido uma
cerimónia de homenagem às empresas locais distinguidas como PME's
Aproveitou também para referir o roubo de tampas de ferro na zona industrial e
falou da necessidade de um guarda-noturno
Falou das obras da Polis e lamentou o estado em que se encontrava a "varanda
verde", na Praia de Mira, depois de tanto dinheiro lá ter sido gasto
Também a questão do estacionamento das caravanas, lamentou que
continuassem a estacionar na avenida da praia, o problema continuava a arrastar-se e
era importante que fosse resolvida aquela questão







mal contada, em termos técnicos. Havia a questão da sensibilidade, o estar-se a cimentar uma vala, pese embora se congratulasse por alguma coisa estar a ser feita, até porque era uma necessidade, os muros estavam caídos, a vala estava em péssimo estado, mas tinha que haver algum tempo de análise e reflexão. Uma questão que poderia ser um sucesso, até no aspeto político, já que se estava em tempo disso, começava a ser alvo de alguma controvérsia, sem necessidade. Não pretendia menorizar a obra em si, nem o projeto, achava que a Câmara Municipal tinha feito bem em resolver aquela situação, mas entendia que não devia ser da forma como estava a ser feito, estavam a falar de dinheiros públicos, excessos sempre tinham existido, mas aquilo estava a dar muito nas vistas, na sua perspetiva. Não era caso único, tinha-se passado o mesmo com a requalificação do centro da vila e entendia que, bastava mais algum tempo para refletir e não se estaria hoje a lamentar ou até a tentar disfarçar o indisfarçável. ----------- Falou da questão do caravanismo na Praia de Mira, que já vinha de há muito tempo, era um incómodo e alguma coisa tinha que ser feita porque se estava a tornar insuportável e a dar má imagem.---------- Quanto à homenagem aos autarcas, disse que estava de acordo e dava os parabéns por isso e afirmou que gostaria de ver "abril" praticado todos os dias. A esse propósito, disse que tinha assistido à maior parte das sessões da Assembleia Municipal e tinha visto muito má prática, da parte do Sr. Presidente da Assembleia, daquilo que deveriam ser as normas de isenção e de transparência saídas da revolução de abril, o ----- Relativamente à inauguração do Montalvo, disse que não tinha estado presente, tinha apenas passado mais tarde, já estava pouca gente, mas congratulava-se por ver um projeto em andamento, no entanto, as suas reservas eram conhecidas e esperava que tudo fosse consentâneo com o ambiente e a cultura existente no Concelho. ----------- O Sr. Presidente da Câmara agradeceu o que tinha sido dito relativamente ao Montalvo e disse que tudo seria feito para não gorar as expetativas das pessoas. ---------- Acrescentou que, no seu discurso de inauguração daquele Polo não tinha deixado de elogiar as empresas já instaladas no Concelho de Mira, ressaltando a empresa "DOM - Mira", cujas novas instalações iriam ser inauguradas brevemente, para além de ter



também anunciado uma remodelação total do Polo I, tinha sido feito o seu mapeamento, a candidatura tinha sido aprovada por Bruxelas, num valor de cerca de dois milhões de euros, para aquisição de terrenos e expansão daquele pólo industrial. Salientou que quer o pólo I, quer o pólo II, estavam classificadas, no plano de mobilidade da CIM, como as duas zonas industriais mais bem localizadas, dada a proximidade com a A17 e a localização entre os portos de Aveiro e Figueira da Foz.----------- Disse que a cobertura do pavilhão municipal estava a ser reparada, o relvado sintético estava também a ser intervencionado e estava efetuada a candidatura para remodelação da piscina, tendo em vista a eficiência energética. ----------- Quanto às taxas de saneamento, indevidamente cobradas, informou que os munícipes deveriam fazer um requerimento, tinha que ser elaborado um processo administrativo, tendente à regularização das situações, designadamente a devolução das verbas pagas, se fosse o caso. ----------- Quanto aos percursos pedestres, disse que o Sr. Vereador Dr. Miguel Gregho tinha toda a razão e que, dentro de muito pouco tempo, esperava estarem reunidas todas as condições para conseguir a sua homologação, estando a decorrer um trabalho e um estudo em parceria com a Universidade de Aveiro, tendente à criação de condições para ser alcançada essa homologação. ----------- Relativamente à questão do guarda-noturno na zona industrial, mostrou-se concordante, o próprio Município, na qualidade de proprietário de alguns lotes, também ----- Sobre o estacionamento de caravanas, disse que o regulamento tinha sido aprovado, estavam a ser colocados os respetivos sinais de proibição e competia às entidades fiscalizadoras uma atuação em conformidade.---------- A Srª. Vereadora Profª. Graça Domingues alertou para a circulação de viaturas, na Rua Dr. Elysio de Moura, na Praia de Mira, em sentido contrário ao permitido, recomendando a recolocação dos pinos, para evitar que ao carros virassem à direita quando subiam aquela rua. Mais solicitou a colocação de sinais de trânsito na Praia de Mira, uma vez que alguns deles não dignificavam em nada aquela localidade, para além de se verificar a falta de inúmeras placas. ------

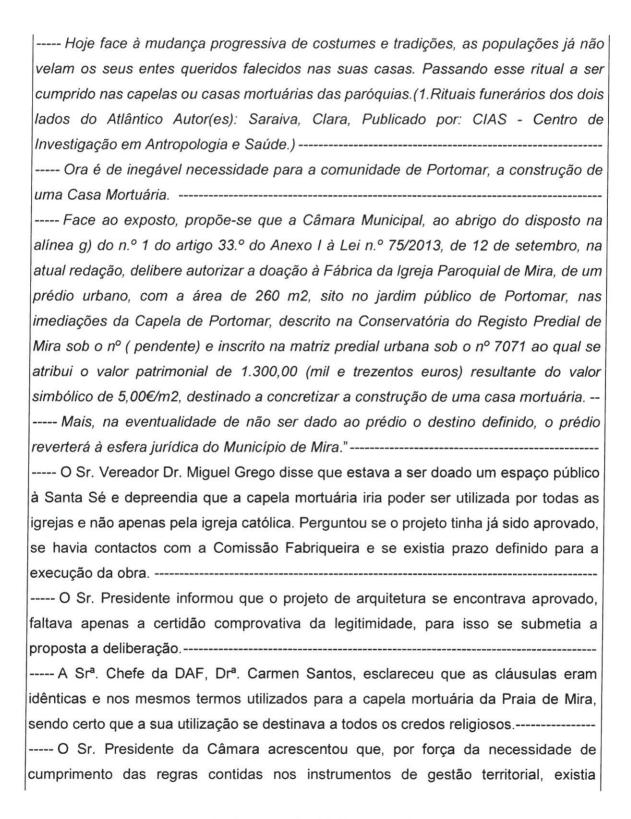


Relativamente ao caravanismo, o Sr. Vereador Dr. Garrucho disse que era uma
questão sensível, não era fácil de resolver, a menos que fosse mesmo proibido
estacionar. Desconhecia o que estava previsto no regulamento, mas sugeriu que fosse
proibido o estacionamento de auto-caravanas, na frente-mar, durante a noite e ficaria
resolvido o problema do local servir de dormitório e também pela manhã, quando os
veraneantes chegavam os lugares para estacionamento estavam ainda disponíveis.
Havia espaços municipais para onde poderia ser feito o seu encaminhamento, para além
dos parques de campismo, como era a sua mobilização para os centros das aldeias e
podiam ser criadas aí boas condições para aparcamento durante a noite. Do mesmo
modo, poderiam também ser criados incentivos interessantes como a disponibilização
de vouchers, que lhes permitiria a visita aos museus ou a outros lugares de interesse
PERÍODO DA ORDEM DO DIA
DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA:
Atribuição da exploração de loja de conveniência e restaurante-bar no
PARQUE DE CAMPISMO MUNICIPAL - HASTA PÚBLICA
A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a <i>proposta n.º 104/2017</i> ,
do Sr. Presidente da Câmara, no sentido de que a atribuição da exploração da Loja de
Conveniência e do Restaurante - Bar no Parque de Campismo Municipal se faça por
concurso público, na modalidade de hasta pública
Mais foi deliberado aprovar o programa e condições da hasta pública, que se
anexam e que fazem parte integrante da presente proposta
Foi ainda deliberado aprovar a Comissão/Júri que deverá presidir à hasta pública,
composta pelos seguintes elementos:
Presidente: Vereador Nelson Maltez
1º Vogal: Dr.ª Brigitte Capelôa
2º Vogal: Dr. João Cupido
Secretária: Dr.ª Carla Martins
Vogais suplentes: Dr. ^a Filomena Brito
Renovação de concessão de exploração do quiosque sito na Av. Infante D.
HENRIQUE, PRAIA DE MIRA

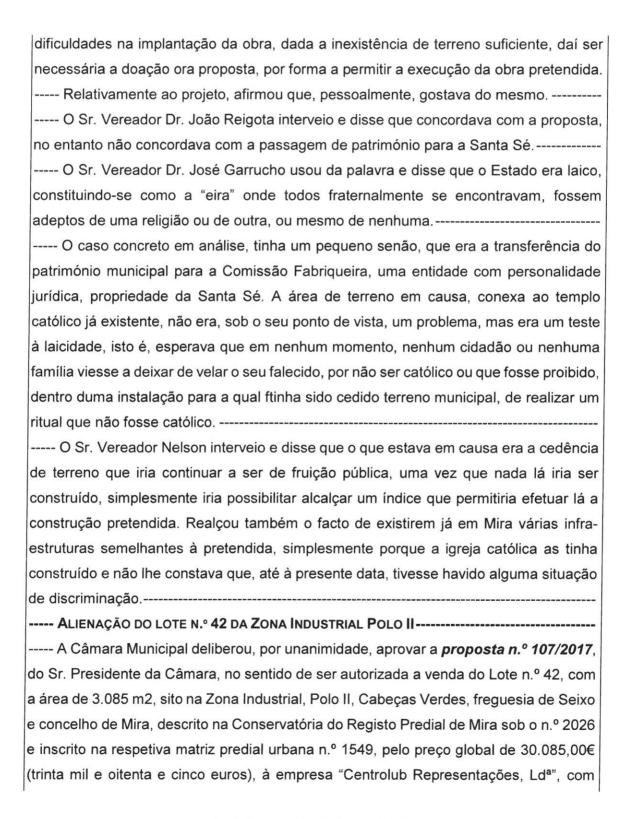


A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a <i>proposta n.º 105/2017</i> ,
do Sr. Presidente da Câmara, no sentido de ser autorizada a renovação do prazo de
concessão de exploração do quiosque, sito na Av. Infante D. Henrique, Praia de Mira,
durante o ano inteiro, por 5 anos, à Srª Ana Sofia Jesus Pereira, NIF237834235, ao
abrigo do disposto no ponto 10 do Capítulo I, das Condições da Hasta Pública da
Atribuição da Concessão da Exploração de Quiosque na Praia de Mira
DOAÇÃO DE PRÉDIO URBANO PARA CONSTRUÇÃO DE CASA MORTUÁRIA EM PORTOMAR,
FREGUESIA DE MIRA
A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a <i>proposta n.º 106/2017</i> ,
do Sr. Presidente da Câmara, no sentido de ser autorizada a doação à Fábrica da Igreja
Paroquial de Mira, de um prédio urbano, com a área de 260 m2, sito no jardim público
de Portomar, nas imediações da Capela de Portomar, descrito na Conservatória do
Registo Predial de Mira sob o nº 11704 e inscrito na matriz predial urbana sob o nº 7071
ao qual se atribui o valor patrimonial de 1.300,00 (mil e trezentos euros) resultante do
valor simbólico de 5,00€/m2, destinado a concretizar a construção de uma casa
mortuária
Mais, na eventualidade de não ser dado ao prédio o destino definido, o prédio
reverterá à esfera jurídica do Município de Mira
A referida proposta é do seguibnte teor:
"DOAÇÃO DE PRÉDIO URBANO PARA CONSTRUÇÃO DE CASA MORTUÁRIA
EM PORTOMAR, FREGUESIA DE MIRA
A Administração pública visa a prossecução do interesse público, no respeito pelos
direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos;" nº 1 do artigo 266º da
Constituição da República Portuguesa;
O interesse público pode entender-se num dado momento e em sentido estrito
como sendo "o que representa a esfera das necessidades a que a iniciativa privada
não pode responder e que são vitais para a comunidade, na sua totalidade e para cada
um dos seus membros"
Uma das atribuições e competências do Município é apoiar ou comparticipar, pelos
meios adequados as instituições ou entidades que prosseguem atividades de interesse
municipal de natureza social, cultural, desportiva ou recreativa;









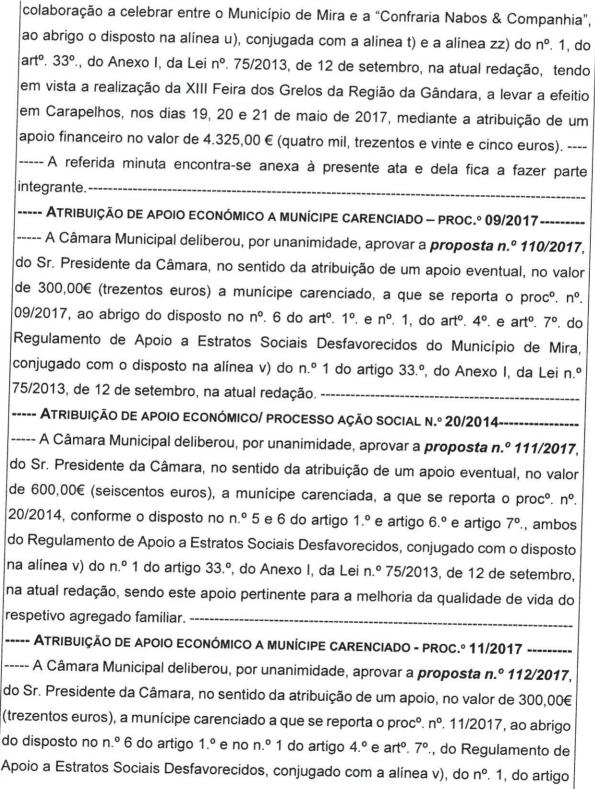


sede na Estrada Nacional 109, nº 174, Lugar de Calvão, 3840-04, Vagos NIPC.
506.525.546,com as seguintes condições:
1 - O adquirente terá o prazo de 6 meses para iniciar a construção da unidade
industrial a contar da data de realização da escritura pública de compra e venda;
2 - O adquirente do lote terá o prazo de um ano para a conclusão das obras a
contar da mesma data;
3 – O adquirente não poderá ter a construção suspensa por mais de seis meses,
por motivos que lhe sejam imputáveis;
4 – Os prazos previstos em 1, 2 e 3 poderão ser prorrogados por deliberação da
Câmara Municipal, desde que, devidamente justificados pelo adquirente;
5 – Se os prazos supra definidos não forem cumpridos, por facto imputável ao
adquirente, não devidamente justificado, ficará a transação sem efeito, perdendo aquele
a favor da Câmara Municipal, 50% do preço do Lote e da construção eventualmente já
realizada, voltando o Lote à posse da Câmara;
6 – O adquirente não poderá alienar o lote a qualquer título oneroso ou gratuito sem
autorização da Câmara Municipal, sob pena de reversão e regresso da posse do lote,
nos termos previstos no ponto 5;
7 - A Câmara Municipal goza de direito de preferência com eficácia real, sobre
quaisquer pessoas singulares ou coletivas, no caso de alienação por contrato de compra
e venda ou qualquer outro modo compatível com a obrigação de preferência do referido
lote, com as construções nele existentes à data da alienação;
8 – O adquirente não poderá instalar uma unidade industrial diferente da prevista e
aprovada, sem que essa alteração lhe seja imposta e os motivos aduzidos sejam
atendíveis, sob pena de reversão e regresso da posse do lote, nos termos previstos no
oonto 5
ALIENAÇÃO DO LOTE N.º 44 DA ZONA INDUSTRIAL POLO II
A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a <i>proposta n.º 108/2017</i> ,
do Sr. Presidente da Câmara, no sentido de ser autorizada a venda do Lote n.º 44, com
a área de 3.205 m2, sito na Zona Industrial, Polo II, Cabeças Verdes, freguesia de Seixo
e concelho de Mira, descrito na Conservatória do Registo Predial de Mira sob o n.º 2028
e inscrito na respetiva matriz predial urbana n.º 1551, pelo preço global de 32.050,00€

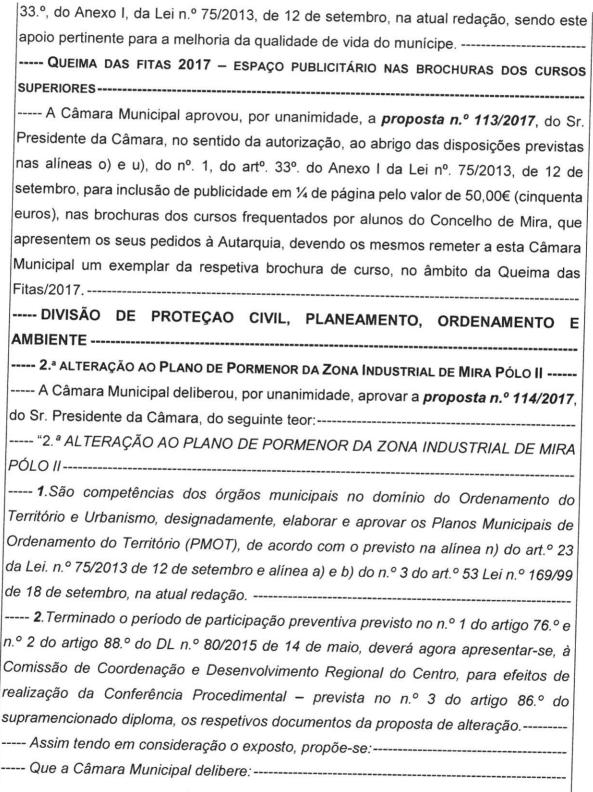


	(trinta e dois mil e cinquenta euros), à empresa Domínio Turquesa, Unipessoal Ldª"
	com sede na Rua do Governador, Ed. Iberovelha, fração A, Gafanha da Boa Hora, 3840
	276, Praia da Vagueira, NIPC. 514.299.290.,com as seguintes condições:
	1 – O adquirente terá o prazo de 6 meses para iniciar a construção da unidade
	industrial a contar da data de realização da escritura pública de compra e venda;
	2 – O adquirente do lote terá o prazo de um ano para a conclusão das obras a
	contar da mesma data;
	3 – O adquirente não poderá ter a construção suspensa por mais de seis meses,
	por motivos que lhe sejam imputáveis;
	4 - Os prazos previstos em 1, 2 e 3 poderão ser prorrogados por deliberação da
	Câmara Municipal, desde que, devidamente justificados pelo adquirente;
	5 – Se os prazos supra definidos não forem cumpridos, por facto imputável ao
	adquirente, não devidamente justificado, ficará a transação sem efeito, perdendo aquele
	a favor da Câmara Municipal, 50% do preço do Lote e da construção eventualmente já
П	realizada, voltando o Lote à posse da Câmara;
	6 – O adquirente não poderá alienar o lote a qualquer título oneroso ou gratuito sem
ı	autorização da Câmara Municipal, sob pena de reversão e regresso da posse do lote,
1	nos termos previstos no ponto 5;
	7 – A Câmara Municipal goza de direito de preferência com eficácia real, sobre
(quaisquer pessoas singulares ou coletivas, no caso de alienação por contrato de compra
e	e venda ou qualquer outro modo compatível com a obrigação de preferência do referido
1	ote, com as construções nele existentes à data da alienação;
-	8 – O adquirente não poderá instalar uma unidade industrial diferente da prevista e
а	provada, sem que essa alteração lhe seja imposta e os motivos aduzidos sejam
а	tendíveis, sob pena de reversão e regresso da posse do lote, nos termos previstos no
p	onto 5
-	DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
••	APROVAÇÃO DE MINUTA - PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM CONFRARIA NABOS E
	COMPANHIA, NO ÂMBITO DA XIII FEIRA DOS GRELOS DA REGIÃO DA GÂNDARA
	A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a <i>proposta n.º 109/2017</i> ,
k	o Sr. Presidente da Câmara, no sentido da aprovação da minuta de protocolo de











a. De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 86.º do DL n.º 80/2015, de 14 de	_
maio proceder à aprovação e posterior envio dos documentos referentes à proposta de	7
2.ª alteração ao Plano de Pormenor da Zona Industrial de Mira – Pólo II, nomeadamente	1
i. Comprovativo da publicitação do período de participação preventiva;	
ii. Informação de ponderação da participação preventiva;	
iii. Relatório com a fundamentação técnica que sustenta as alterações	1
regulamentares em causa;	
iv . Regulamento com as alterações propostas;	
v. Relatório de Não Sujeição a Avaliação Ambiental Estratégica"	
UNIDADE DE GESTÃO URBANÍSTICA:	
PROPOSTA DE DECISÃO SOBRE EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO DE	
EDIFICAÇÃO EM MÁS CONDIÇÕES DE SALUBRIDADE, PROPRIEDADE DE CAIXA DE CRÉDITO	
AGRÍCOLA MÚTUO DE CANTANHEDE E MIRA	
A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a <i>proposta n.º 115/2017</i> ,	
do Sr. Presidente da Câmara, no sentido de se promover a audiência prévia dos	
interessados pelo prazo de 15 dias (úteis), face à intenção de decisão sobre a execução	
de obras de conservação de edificação, em más condições de salubridade, sita na Rua	
da Capela, em Colmeal, propriedade de Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de	
Cantanhede e Mira, nos termos dos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento	
Administrativo	
Mais foi deliberado que, findo aquele prazo e caso a interessada não se tenha	
pronunciado, ou se o fizer, a sua pronúncia não alterar o sentido da decisão, seja	
ordenada a execução de obras de conservação da referida edificação no prazo de 30	
dias (seguidos), nos termos do n.º 2 do artigo 89.º do RJUE	
RECEÇÃO DEFINITIVA DAS OBRAS DE URBANIZAÇÃO E CANCELAMENTO DO VALOR DA	
CAUÇÃO A PEDIDO DE JOÃO AUGUSTO DOMINGUES	
A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a <i>proposta n.º 116/2017</i> ,	
do Sr. Presidente da Câmara, no sentido da receção definitiva das obras de	
urbanização, nos termos do artigo 87.º do RJUE, referente a loteamentio com obras de	
urbanização que incide sobre um prédio sito na Rua Teófilo Braga, em Mira, a pedido	
loão Augusto Domingues	



-	Mais foi deliberado proceder ao cancelamento da garantia bancária, com devolução
C	do depósito caução, por ter decorrido o prazo da garantia estipulado no n.º 5 do artigo
8	37.º do RJUE
-	RATIFICAÇÃO DE PRÁTICA DE ATO (N°. 3, DO ART°. 35°. DO ANEXO I, DA LEI N°. 75/2013,
D	DE 12 DE SETEMBRO, NA ATUAL REDAÇÃO) — DEMOLIÇÃO DE EDIFÍCIO EM MÁS CONDIÇÕES
D	E SEGURANÇA E SALUBRIDADE, PROPRIEDADE DA CRUBORG - INVESTIMENTOS
In	MOBILIÁRIOS, LDA
	A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a <i>proposta n.º 117/2017</i> ,
d	o Sr. Presidente da Câmara, no sentido da ratificação, ao abrigo do disposto no nº. 3,
de	o artº. 35°., do Anexo I, da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, do
de	espacho proferido em 24.03.2017, relativo à demolição de edifício em más condições
de	e segurança e salubridade, situado na Rua da Igreja, na Praia de Mira, propriedade de
"C	ruborg – Investimentos Imobiliários, Ldª."
	ENCERRAMENTO:
	E, não havendo mais nada a tratar polo Sa Dancida de la constante de la con
en	E, não havendo mais nada a tratar, pelo Sr. Presidente da Câmara, foi declarada cerrada a reunião, sendo 11520, tondo sido arresente.
res	cerrada a reunião, sendo 11h20, tendo sido aprovada, por unanimidade, a minuta da
I, o	spetiva ata, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 57.º, do Anexo
	la Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação.
Eul	- E, para constar, se lavrou a presente ata, que eu, Olívia da Conceição C.P.A.
	lálio, na qualidade de secretária, redigi
	- Low April
	(Presidente: Raul José Rei Soares de Almeida, Dr.)
	and a minoral and a property of the control of the
	- Clark,
	(Secretária: Olívia da Conceição C.P.A. Eulálio)
	Ediallo)